

Desenvolvimento sustentável e desastre ambientam em minas gerais: um caso de inefetividade?

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/37



1. [Início](#) /
2. [Arquivos](#) /
3. [v. 1 n. 2 \(2017\)](#) /
4. [Artigos](#)

Sustainable development and environmental disaster in Minas Gerais: A case of ineffectiveness?

- Alexandre Coutinho Pagliarini Centro Universitário Internacional (Curitiba, Paraná, Brasil) ● <https://orcid.org/0000-0001-5257-2359>
- Mário Lúcio Quintão Soares Pontifícia Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil) ● <https://orcid.org/0000-0002-3582-3109>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/02.acp>

Palavras-chave: Desastre ecológico na cidade de Mariana, Direitos humanos, Responsabilidade da poluidora

Resumo

Apesar de normas cogentes, nacionais e internacionais, em favor do desenvolvimento sustentável e penalizando o poluidor, o caso do desastre ambiental em Mariana é a prova de que não bastam as normas, ficando patente que a melhora das estruturas de prevenção teria sido mais eficaz. Laudo técnico do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), publicado em dezembro de 2015, relatou a morte de trabalhadores da Samarco e de moradores das comunidades afetadas, o desalojamento de pessoas, a devastação de localidades, a destruição de 1.469 hectares de vegetação, incluindo Áreas de Preservação Permanente, a mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre, a perda e na fragmentação de habitats, a interrupção da pesca por tempo indeterminado, a interrupção do turismo, a alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada, a interrupção do abastecimento de água e a dificuldade de geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas. O presente texto inédito apresenta a problemática acima descrita, contextualizando-a segundo o Direito brasileiro e também de acordo com o Direito Internacional Público, sendo resultado do que se desenvolveu em palestra proferida pelos seus autores na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Biografia do Autor

Alexandre Coutinho Pagliarini, Centro Universitário Internacional (Curitiba, Paraná, Brasil)

Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa. Professor Titular do Mestrado e da Graduação em Direito da UNINTER (Curitiba). Diretor de Relações Internacionais do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC). alexandrepagliarini@terra.com.br

Mário Lúcio Quintão Soares, Pontifícia Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)

Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG. Professor de Teoria do Estado, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito da União Europeia e TGDG Faculdade Mineira de Direito da PUC/MG. Membro do Colegiado de Coordenação Didática da Pós-graduação em Direito da PUC/MG. Presidente do Centro de Estudos de Direito Público. Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/MG. Conselheiro Seccional da OAB/MG. mlquintao@yahoo.com.br

Referências

BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo global. Trad. Jesús Alborés Rey. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002:22.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional Ambiental Português: tentativa de compreensão dos 30 anos das gerações ambientais no direito constitucional português. In: A responsabilidade civil por dano ambiental e o caso Samarco: desafios à luz do paradigma da sociedade de risco e da complexidade ambiental. LEITE, José Rubens Morato; CANOTILHO, José Joaquim Gomes (Org.). Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994. v. 1:1.

FRANCISCO (Papa). Laudato si' – Louvado sejas: Sobre o cuidado da Casa Comum. São Paulo: Paulus/Loyola, 2015.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole – O que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

MACHADO, Jónatas, E. M. Direito internacional do paradigma clássico ao pós-11 de setembro. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

MIRANDA, Jorge. Curso de direito internacional público. Cascais: Principia, 2002.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho & DIMOULIS, Dimitri (Coord.).
Direito constitucional internacional dos direitos humanos. Belo Horizonte: Fórum,
2014.

PELLET, Alain et alii. Droit international public. 8. ed. Paris: LGDJ, 2009.

PFERSMANN, Otto. Positivismo Jurídico e justiça constitucional no século XXI. Trad. e
Coord. Alexandre Coutinho Pagliarini. Prefácio Jorge Miranda. Apresentação Francisco
Rezek. São Paulo: Saraiva/IDP, 2014.

REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 14. ed. São Paulo:
Saraiva, 2013.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria do Estado. São Paulo: Atlas, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. Violência. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014

ISSN 2526-8120

2 | RDAI

julho / setembro 2017

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2017-09-30

Edição

v. 1 n. 2 (2017)

Seção

Artigos

##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

- Alexandre Coutinho Pagliarini, Vinicius Hsu Cleto, Max Weber e a burocracia na Administração Pública brasileira: apresentação do problema e proposta de reforma, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 4 (2018)
- Alexandre Coutinho Pagliarini, Flávio Adriano Rebelo Brandão Santos, As plantações em prédios urbanos: um fomento contemporâneo à infraestrutura sustentável, Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 6 (2018)

Copyright (c) 2017 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da COPE - *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).